

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

HISTÓRIA PÚBLICA E OUTRAS HISTÓRIAS PÚBLICAS

Bruno Flávio Lontra Fagundes

*Professor Adjunto – Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)
parabrunos@gmail.com*

A proposta deste texto é a de apresentar o modo com que alguns autores de corte anglo-saxão raciocinam sobre História Pública, comentando algumas proposições para a análise do campo, novo no Brasil. Este texto preconiza que as abordagens destes autores, mesmo que, presumidamente, alheias às especificidades (supostas) da análise brasileira, de algum modo podem vir a ser importantes para a reflexão de História Pública no Brasil, para a análise de algumas situações passadas no Brasil quando abordadas pelas maneiras com que a História Pública é abordada em países que vivem uma tradição institucional de quase cinquenta anos no campo. Autores como John Tosh, Ludmilla Jordanova, Hilda Kean, Roy Rosenzweig, David Thelen, Paul Ashton, David Glassberg (Estados Unidos, Austrália, Canadá, Inglaterra) e seus textos têm algumas particularidades que merecem - a nosso ver - serem mencionadas e conhecidas. A história pública brasileira talvez possa ter a ganhar com isso. Com quase meio século de tradição de pensamento sobre a História Pública, é cabível pensar que algumas destas análises possam vir a caber a análises feitas no Brasil.

Trazemos aqui autores como John Tosh e Ludmilla Jordanova. Seus textos comentados/analizados aqui, são, respectivamente: *Why History Matters?*¹ [Por que a História importa] e *How History matters now?*² [Como a História importa hoje?]. Ambos³ textos foram publicados num site colaborativo, *History and Policy*.⁴ [História e Política]. No Reino Unido, há forte convicção de que sites como estes são um modo de historiadores intervirem, fazerem História Pública, pondo em contato historiadores e pensadores do

¹ Disponível em <http://www.historyandpolicy.org/policy-papers/papers/why-history-matters>

² Disponível em <http://www.historyandpolicy.org/policy-papers/papers/how-history-matters-now>.

³ Fizemos a tradução dos textos. Ou seja: tradução nossa

⁴ O site do grupo se apresenta assim: “*History and Policy* [História e Política] é um site colaborativo criado em 2003 que publica, online, pesquisas históricas de alta qualidade, criando oportunidades para historiadores, tomadores de decisão política e jornalistas, que podem se conectar e aprenderem uns com os outros. É um site não-partidário e aceita contribuições de historiadores pesquisadores de todos os períodos históricos que fazem pesquisa baseada na revisão por pares. As visões expressas em *History and Policy* são todas dos próprios colaboradores”.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

social com tomadores de decisão políticas e públicas. A presença de historiadores no debate, agregando a dimensão do tempo à elaboração de decisões, tornaria – segundo pensam – as decisões públicas adotadas melhores e mais adequadas. Alheios a estes requisitos dos textos, vamos analisar aqui o que eles discutem de importante – salvo engano – ao debate da História Pública, sem cair na tentação de desviar-nos para reclamações e argumentos do tipo “mas lá a realidade é outra” e “para a realidade brasileira, esta discussão não daria certo” etc.

A primeira comparação mais geral entre os textos de Tosh e Jordanova é a certeza dos autores (mais enfatizada por John Tosh!) de que há uma insuficiência no sistema britânico educacional e no sistema de mídias, que informam mal e pouco ensinam, e nada esclarecem, sem suprir o adequado conhecimento de que nos apropriamos por meio da boa escola. “A história ensinada nas escolas sob o currículo nacional está seriamente deficiente a este respeito”, reclama Tosh. Do que o autor reclama é que o sistema educacional falha em ensinar “conhecimento crítico histórico” aos cidadãos, o que, se feito, promoveria “relações de cidadania ativa numa democracia deliberativa” (s.p).⁵ John Tosh comentava seu então recente livro *Por que a história importa*, onde analisava a Guerra do Iraque de 2003, e o envolvimento da Inglaterra, alegando que – na mídia – “pouco era dito sobre a antiga ocupação do Iraque em 1914 e a subsequente tentativa de controlar o país por meio de fante”. John Tosh apontava que a política em 2003 “ajudava” o desconhecimento do fato, se visto por uma perspectiva historicamente orientada. Tosh argumentava que “[personalidades] governamentais desprezaram os méritos da perspectiva histórica: em julho de 2003, Tony Blair falara no Congresso dos Estados Unidos que não havia passado um tempo ainda para um ‘estudo de história’ para fornecer instruções aos ‘dias de hoje’” (2003). Para Tosh, o que personalidades públicas disseram sugeria que “um envolvimento com história” era “muito superficial”. Havia para Tosh, assim – e isso

⁵ Os textos de John Tosh e Ludmilla Jordanova se fundem, uma vez que se referem ao livro *Por que a História Importa*, de John Tosh, lançado em 2008. A apresentação do texto de Tosh comentado pelo próprio autor apareceu em 2008 no site *History & Policy*, livro que Jordanova resenhou/comentou uma semana depois, no mesmo site, num texto que está sendo analisado aqui. Assim, os textos devem ser pensados articuladamente, “não vivem um sem o outro”, que é o que fazemos aqui. Uma vez que foram escritos como documentos eletrônicos, não trazem números de páginas, ao mesmo tempo em que podem ser acessados por links.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ele considerava “deprimente” – “tão pouca vontade pelo esclarecimento histórico entre o público”.

Para o autor, as mídias e a educação não faziam seu papel de esclarecer e dar a devida dimensão histórica dos fatos para que eles fossem adequadamente conhecidos. “Foi como se a importância da perspectiva histórica sobre o tema de urgente preocupação estivesse perdida entre os britânicos, indicando uma cultura política em que havia menos disposição do que nunca para pensar inteligentemente o passado”. O autor segue tecendo considerações sobre como o conhecimento histórico poderia operar se fosse tratado de maneira mais orgânica e cidadã, porque daquela forma “o currículo de história [era] sem coerência”.

Em resenha publicada no mesmo site *History and Policy* uma semana depois, em 2008, Ludmilla Jordanova oferece perspectiva sugestiva de outra abordagem da cultura política pública inglesa e como a história poderia passar a importar, comentando o texto de John Tosh. Em *Como a História importa hoje?*, Jordanova defendia que “o passado molda vidas” e que “isto se faz de maneiras complexas”, e isso numa perspectiva que envolvia pensar o passado intelectual – mas também emocionalmente. Diz Jordanova: “Poucas pessoas carecem de curiosidade pessoal sobre seus passados”, valorizando o que identificava como as inteligências “emocional” e “intelectual”. A autora complexifica a ideia de um passado ao qual pessoas se apegam por questão disciplinar e intelectual – por ofício de esclarecimento – alegando que haveria um ponto em que os laços entre “história pessoal” e “história mais ampla se desfaz [em]”.

Por que pessoas sem motivação direta pessoal ou motivação profissional poriam atenção íntima a complexidades da história? Aqui eu entendo história num sentido forte – uma disciplina formal que demanda habilidades especializadas, *expertise* e conhecimento, incluindo um entendimento crítico de fontes materiais e uma familiaridade com uma variedade ampla de maneiras com as quais evidências podem ser interpretadas (JORDANOVA, 2008, s.p)

Para Jordanova, em instigante ponderação sobre a diferença de história para públicos – o público especialista com expertise - e o público ordinário sem treinamento para as complexidades [conceituais, metodológicas, metódicas, profissionais] da História disciplina -, a “história está entrelaçada na vida cotidiana e [nela] emoções desempenham uma grande parte em história pessoal e é útil para historiadores terem maneiras de pensar

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

coerentemente sobre seus efeitos [das emoções] em todas as narrativas do passado”. Argumentando ainda, Jordanova lança quase que uma provocação: “Não é de todo óbvio como engajar o público maior no debate histórico, especialmente quando eles mesmos têm pouca conexão com os debates em questão”. O trabalho de Jordanova refere-se a análises que tomam todos os públicos como – digamos – “competentes” disciplinarmente em suas abordagens de história, mesmo que sem formação e treinamento em História, o que, em alguma medida, contraria a pregação do professor John Tosh, cioso de que haja uma falta no público, uma falta de inteligência intelectual para pensar o passado historicamente – responsabilidade das mídias e do sistema educacional. Jordanova lança a assertiva de que algo sempre vincula todos os públicos ao passado e à história, um pouco diferente do que Tosh advogava, o qual entendia que o que vinculava a cultura política pública ao passado é sua capacidade de fazê-lo tornar-se história – um conhecimento disciplinarmente balizado e organizado, e ensinável para o bem público em geral.

A diferentes posições de Ludmilla Jordanova e John Tosh favorecem o debate em torno de temas da cultura política pública histórica, e favorecem o debate do campo da História Pública em torno de colocações que têm se tornado mundialmente correntes tais como “a quem pertence a história?”, “os historiadores não têm o monopólio do conhecimento do passado” (o que implica fazer o passado tornar pensamento sobre o passado, ou seja: história), e que – seguindo Jordanova - a rigor, todos os públicos fazem história (sem distinguirem história, memória e passado – tópicos tão ciosamente distinguidos pelo historiador profissional, treinado e disciplinarizado). Ao argumento de que os diversos públicos sabem, cada um a seu modo, história, Jordanova lança mão da alegação de que “grupos não-especialistas” pensam por meio de “mitos profundamente enraizados sobre o passado”, que “são obstáculos a serem entendidos” se o especialista historiador profissional não for ao passado para organizá-lo usando de uma “variedade de disciplinas”. Jordanova faz uma defesa da interdisciplinaridade indefectível para a análise dos fenômenos, acontecimentos e processos sócio-históricos.

Neste sentido, se organizado o passado apenas de um ponto de vista do sistema educacional, como entendido por Tosh, a história nunca seria “entendida” e nunca se aproximaria dos públicos não-especialistas para compreenderem um episódio tão fatídico como a Guerra do Iraque de 2003, o que seria do interesse só do historiador – algumas

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

vezes mesmo por dever profissional – como entende Jordanova. A História precisa reconhecer e compreender os modos como os públicos *entendem e se perguntam sobre* - o passado. “Isso não significa que a História não importa, apenas que as maneiras pelas quais deverá vir a importar no futuro requer considerável reflexão adicional. Este é um projeto enorme, que é melhor feito colaborativamente”, conclui Ludmilla Jordanova.

Também numa perspectiva de valorização dos públicos da história e da necessidade de ouvi-los é o viés da britânica Hilda Kean e do canadense Paul Ashton. Kean é ligada à Faculdade Ruskin, da Universidade de Oxford, na Inglaterra e defende muito a história pública já praticada desde os anos 1970 por Raphael Samuel, no projeto do Movimento da *History Workshop*, a Oficina de História, cuja revista [*History Workshop Journal*] publicava textos de alunos, muitas vezes “amadores autodidatas”, uma vez que, conforme pensava Samuel, “tanto em *Teatros da Memória* [publicado em primeira parte nos anos 1990] como em seu primeiro trabalho, Samuel teria desenvolvido *insights* historiográficos sobre a natureza do material adequado para escrever história e a validade da experiência pessoal e a memória neste processo” (*apud* ASHTON, KEAN, 2009, p.3). Samuel sempre considerou elaborar diferentes histórias por diferentes materiais usáveis para isso. Em seu livro sobre a Greve dos Mineiros Ingleses em 1985, ele usou “cartas, diários e discursos feitos durante a greve, [que] permitiram um foco sobre a experiência individual, mais do que sobre a natureza de atos coletivos. Era sobre momentos, mais do que sobre movimentos”, o que Samuel pregava, (*apud* KEAN, ASHTON, 2009, p.?) usando materiais coletados por ativistas do movimento. A abordagem de Samuel era a da “história vista de baixo” e nutrida por “expectativas da comunidade quanto à deficiência percebida de coleções públicas”.

Na realidade, o texto de Kean e Ashton é a Introdução do livro *People and their Pasts and Public History Today* [Introdução. Pessoas e seus passados e História Pública hoje], em que os autores descrevem os colaboradores do livro e a ênfase em abordagens que prestigiassem a participação dos públicos na construção de histórias. O texto de Darryl McIntyre, sobre museus, neste livro, segundo os autores o apresentam, discorre sobre um “desafio para os novos museus, [que era o de] criar uma conversação com suas audiências e perceber as maneiras pelas quais os museus podem trazer comunidades e grupos para examinar e procurar respostas para questões coletivas” [*Op. Cit.* p.15]. Raphael Samuel – cuja perspectiva os autores seguem - usava de um conjunto diverso, não-

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

tradicional, de materiais usados por historiadores orais e locais, para construir diferentes histórias, segundo o que diz Hilda Kean.

A preocupação com as audiências, com suas perspectivas sobre a história, com a legitimidade com que se referem ao passado, perspectivas diferentes do que faziam os historiadores profissionais disciplinarizados, dá a abordagem do livro *People and their Pasts and Public History Today* um caráter de História Pública que não presume o que os públicos devem fazer e o que devem fazer para garantir uma história com abordagem adequada do passado, - sempre conforme (entenda-se) à abordagem que historiadores acadêmicos fazem, mas com abordagens diferenciadas que fazem da História um conhecimento de todos (as), porque todos (as) contam e elaboram suas histórias a suas maneiras, valorizando os processos pelos quais as histórias são criadas – não importa se academicamente ou não. Esta é uma perspectiva que embasa também uma teoria da História Pública *do* público, ou feita *pelo* público. E feita colaborativamente por meio de várias iniciativas que não presumem a História Oral como locus único de colaboração.

A percepção de Samuel e de outros (as) que enxergam a importância de valorizar o que dizem e fazem os públicos com o passado é a mesma da de Roy Rosenzweig. Junto com David Thelen, Rosenzweig pesquisou cerca de 2500 americanos sobre o que pensavam da História, suas preferências, rejeições, prioridades, lugares de aprendizagem, função da história etc.⁶ E descobrem que as pessoas comuns nos Estados Unidos gostam de História, mas mais no museu e não exatamente na escola. Carl Becker, considerado o Heródoto da história americana, disse um dia que “cada um é historiador de si mesmo”, a mesma baliza de que se utiliza Roy Rosenzweig para avaliar os americanos em seu texto. Para Rosenzweig, “a maioria dos professores reflexivos, curadores de museus e escritores de história ouvem cuidadosamente – e talvez nem sempre sistematicamente –

⁶ O texto aqui analisado é ROSENZWEIG, Roy: *Afterthoughts. Everyone a Historian* [Posfácio. Cada um, um historiador]. O texto resultou de uma mesa-redonda promovida pela revista americana *The Public Historian* no ano de 2000 sobre o livro *The Presence of the past. Popular Uses of History in American Life*. [A presença do passado. Usos populares de História na vida americana], de Roy Rosenzweig e David Thelen, publicado em 1998, disponível em língua inglesa <http://chnm.gmu.edu/survey/afterroy.html>. A mesa-redonda teve a participação de 7 pesquisadores e o texto aqui em exame é o texto de Rosenzweig em resposta às colocações postas pelos debatedores durante a Mesa. O texto analisado aqui está disponível *on line* e sua data é a da publicação do livro: 1998. Como é texto escrito para o meio eletrônico, também não traz paginação.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

o que tem as dizer as audiências”, uma vez que as audiências, formadas por “pessoas comuns”, acham a história “um empreendimento ativo e colaborativo”.

A história não necessariamente ensina muito, mas serve como um passado útil, indica a pesquisa, algo que se tem e não algo que serve para refletir e explicar o presente. “O passado” – diz Rosenzweig – “tem muitas interpretações, e na América, pelo menos, o passado é muito vivo, mesmo se narrativas de tradicionais livros didáticos do passado nacional pareçam estar extintos” (1998). E o autor assegura ainda que professores têm demonstrado – uma proposição polêmica - que “a narrativa da grandeza nacional [norte-americana] não é a melhor maneira de envolver estudantes com o passado”. Numa posição no mínimo questionável epistemologicamente sobre a história, Rosenzweig defende o que seus entrevistados disseram: que são bastante envolvidos com o passado, e preferem ver a história nos museus, porque lá eles têm “envolvimento direto com a real substância do passado e suas auto-evidentes relações com o presente”.

Historiadores públicos (preservacionistas, diretores de filmes, trabalhadores de museus) que falam para públicos adultos mais velhos, também estão visando deixar a história menos hierarquizada. Implicitamente, e muitas vezes explicitamente, nossos entrevistados aprovam tais tentativas para ver o fazer história como uma atividade mais democrática que permite amadores e profissionais aprenderem um com o outro.

As afirmações de Rosenzweig são a de que, semelhante ao que dizem Kean, Ashton e Jordanova, a história precisa ser um conhecimento (ou uma ilusão de conhecimento) com um componente pessoal e intimista se quiser vincular-se às audiências em geral, desgarrando a história de seus vínculos cívicos e coletivos – o que é muito criticado no trabalho dos autores. Em seu livro, sobre os usos do passado na vida pública americana, Rosenzweig e Thelen valorizam a própria voz dos consumidores de História e o papel que exercem historiadores públicos como uma profissão de História.

Estaríamos diante de uma reflexão impertinente às discussões na literatura brasileira de História Pública, que é a reflexão sobre a convivência entre cursos de História Pública e de História Acadêmica?⁷

⁷ A distinção terminológica “público” e “acadêmico”, eventualmente “profissional” e “acadêmico” – às vezes “profissional” sem distinção clara - acontece muitas vezes em textos de língua inglesa, o que não só pode mostrar certa confusão, mas também espaços demarcados definidos e valorizados cada um pelo que fazem em específico.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O argumento daqueles que discordam da necessidade da existência de cursos de História Pública é o de que não seria necessário treinar historiadores para serem historiadores públicos, com habilidades para determinadas especialidades específicas, porque não teria quase nada que um curso de História e seus profissionais formados não pudesse fazer. Ao fazer reflexão sobre a relação entre cursos de História Pública nos Estados Unidos e os desenvolvimentos intelectuais dos estudos sobre a memória em cursos de História acadêmica, David Glassberg (1996) advoga o quanto um e outro cursos deveriam, e poderiam, se ajudar. Entende o autor que, dadas as atividades com que historiadores públicos se envolvem e, por seu turno, o que constroem sobre conhecimento de memória os cursos acadêmicos, eles teriam muito a dar um ao outro. O autor escreve seu texto a partir da premissa de que cursos de História Pública e História [Acadêmica] podem se conviver. O autor anota, no entanto, que os cursos pouco se conversam. Seu texto é de 1996.⁸

Glassberg identifica a década de 1980 com prolífica em desenvolver “dezenas de novos programas certificados e de grau em História Pública”, ao mesmo tempo que uma década em que “novos intelectuais explora [ra] m os vários modos com que a memória de um sociedade é criada, institucionalizada, disseminada e compreendida”. Mas Glassberg lamenta que não há um encontro entre estes dois movimentos:

A despeito do desenvolvimento simultâneo da História Pública e escritos eruditos sobre a memória pública durante a década passada [de 1980], pouca coisa os conecta. Poucos novos trabalhos intelectuais sobre memória incorporaram *insights* de experiências de trabalho de historiadores em museus, lugares históricos e agências de preservação; e poucos projetos de História Pública em museus, lugares históricos e agências de preservação têm feito uso de teorias desenvolvidas em pesquisa intelectual de memória. (1996, p.8)

O autor não polemiza com a existência de cursos de História Pública, pelo contrário, valoriza-os como lugares produtores de reflexões que poderiam incrementar os modos reflexivos dos desenvolvimentos intelectuais sobre a memória em cursos de História.

O texto que ora propomos aqui defende que a História Pública não só é um campo de reflexão, como é, ainda, *um campo de reflexão da História sobre si mesma*: seus fins, sua função, o perfil de seus formados, materiais e fontes. Perspectivas como a *People's*

⁸ O texto de David Glassberg (1996) aqui examinado foi também motivo para uma mesa-redonda realizada, em 1997, uma vez mais pelo periódico *The Public Historian*, onde participaram 10 autores, entre eles Glassberg, respondendo às colocações feitas pelos colegas. O texto examinado aqui é *Study of memory and Public History*, que ensejou a mesa-redonda um ano depois.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

History britânica, a *Applied History* (americana, britânica, australiana, canadense etc), a perspectiva francesa⁹ não devem ser desprezadas, e a História Pública, como campo de reflexão, pode ser entendida como espaço em que se discutem dilemas e desafios da área de conhecimento histórico pertinentes a todas as nacionalidades.

É relevante que a História Pública historicize a História, afinal se a História é uma “ciência do contexto”, ela, História, também tem história. São vários os contextos em que a História Pública se desenvolve, e perguntar-se sobre estes contextos não só implica pensamento sobre a História Pública, mas também pensamento sobre a História *tout court*. Se a Teoria da História levanta questões de auto-reflexão sobre o conhecimento histórico, por seu turno a História Pública levanta questões de auto-reflexão da História sobre os conceitos e categorias teóricas com que observam aquelas funções do historiador e da História.

A ausência de uma Teoria da História Pública, analisada desde o ponto de vista da Teoria da História *tout court*, não prejudica a relevância do debate, uma vez que a História Pública acaba “obrigando” a História – e o historiador – a olharem para si mesmos e suas historicidades. Os “públicos da história” não podem ser presumidos – e é relevante que a História Pública indique o que a História “faz com públicos” e como lida com demandas públicas por história/memória/passado. O estudo de públicos entrevistados e pesquisados por si mesmos precisa ser valorizado, e discutido, como atestam trabalhos internacionais como os de Ashton e Kean e Rosenzweig e Thelen. Releva chamar atenção para a capacidade de a História pensar a si mesma, numa equação em que a variável “outros públicos” - sem formação e treino acadêmico - não devem deixar de ser considerados. E parece-nos que há modos bastante importantes feitos internacionalmente. Os questionamentos e as problematizações colocadas à História pela História Pública merecem análise detida e sua discussão se justifica, mais ainda, pela necessidade de pesquisar e avaliar o que se faz e se pratica em termos de História Pública em outros países.

Neste processo, é preciso lançar questões importantes para o conhecimento histórico e certa identidade profissional do (a) historiador (a). Tomar a História Pública como

⁹ Ver DAVISON, Graeme (1991) e ROUSSO, Henri (1984). Pensemos que estes textos têm data, e não necessariamente refletem automaticamente o estado atual da discussão nos países originários dos textos.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ambiente de reflexão pode subsidiar com justificativas práticas o conhecimento histórico que não se circunscreva ao conhecimento histórico produzido e divulgado *pela e para* a universidade e/ou escola a seu legítimo público de historiadores (as)/alunos (as).

São precisas profundas indagações sobre o historiador e sua função social, e sobre sua participação nos debates públicos – o que pode ser considerado segundo um ponto de vista de práticas, mas também de teorias, o que pode jogar luz na importância da Teoria da História e na possibilidade de leituras que se adequem à análise de práticas feitas no Brasil. Ao se pensar de um ponto de vista teórico, visitar o que outros ambientes intelectuais fazem em termos de História Pública em práticas e experiências podem fazer aparecer, ou desembrulhar em nosso ambiente, questões nem sempre aceitas ou benquistas, mas importantes para análises e exames de situações pensadas, vividas e praticadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASHTON, Paul; KEAN, Hilda. Introduction. People and their pasts. Introdução [Pessoas e seus passados] In: ASHTON, Paul & HAMILTON, Paula. **People and their pasts**. Public History Today [Pessoas e seus passados. História Pública hoje]. Austrália: Palgrave Macmillan, 320 p. p.1-16

DAVIDSON, Graeme. Paradigms of Public History [Paradigmas de História Pública]. **Australian Historical Studies**. v.24, n.96, p.4-15, 1991.

GLASSBERG, David. Public History and the study of memory. [História Pública e o Estudo da Memória]. **The Public Historian**, v.18, n.2, p.7-23, 1996.

JORDANOVA, Ludmila; How history matters now? [Como a história importa hoje?] 2008 Disponível em Inglês: <http://www.historyandpolicy.org/policy-papers/papers/how-history-matters-now>

ROSENZWEIG, Roy; THELEN, David. **The presence of the past**: popular uses of History in American Life. Columbia: Columbia University Press, 1998.

ROUSSO, Henri. L'histoire appliquée ou les historiens thaumaturges. [A História Aplicada ou os historiadores taumaturgos] **Vingtième Siècle**, revue d'histoire, n.1. p.105-122, janvier 1984.

TOSH, John. Why history matters. [Por que a História importa?] 2008 Disponível em inglês: <http://www.historyandpolicy.org/policy-papers/papers/why-history-matters>

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História
Rio de Janeiro/RJ, 2021